

RESOLUÇÃO Nº 021/2025
(Publicada no Diário Oficial de 11/03/2025)

Concede o benefício do Crédito Presumido do ICMS à PRÍMOLA FRAGRÂNCIAS LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto nº 18.802, 20 de dezembro de 2018, que instituiu o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND e considerando o que consta do processo SEI nº 015.14818.2024.0005892-98,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à PRÍMOLA FRAGRÂNCIAS LTDA., CNPJ nº 02.924.170/0001-98 e IE nº 050.070.125NO, instalada no município de Lauro de Freitas, neste Estado, os seguintes benefícios:

I - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior, nas operações internas e nas aquisições interestaduais, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, com base no inciso XXV e §§ 13, 14 e 15, do art. 286 do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780/2012, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data da publicação da Resolução concessiva no Diário Oficial do Estado.

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultante da sua industrialização, com base no Decreto nº 6.734/97 e nas seguintes condições:

a) nas entradas decorrentes de importação do exterior e nas operações internas de n-butanol (NCMn2905.13.00), amina graxa (NCM 3824.90.29) e álcool cetílico 70/75 (NCM 3823.70.90), com base nas alíneas “a”, “b” e “c”, inciso XXXVII do art. 2º;

b) nas operações internas com tampas para frascos e potes plásticos (NCM 3923.50.00), estojos, bisnagas e outros potes (NCM 3923.90.00) e embalagens cartuchos, caixas, bolsas e invólucros (NCM 4819.20.00/ 4819.40.00/ 4819.50.00), com base nas alíneas “d”, “e” e “g”, inciso XXXIX do art. 2º e,

c) nas entradas decorrentes de importação do exterior de tetrabutyl urea (NCM 2924.19.99), com base no inciso I do art. 5º-F.

III - Crédito Presumido de 70% (setenta por cento) do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de fragrâncias, com prazo contado a partir de 1º de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2032, com base no Decreto nº 18.802/2018.

Parágrafo único. fixa em R\$ 887.992,19 (oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e dezenove centavos), o valor do recolhimento mínimo anual do ICMS que deve ser atualizado, anualmente, com base na variação acumulada do IPCA ou outro que venha a substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a partir do ano base.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 18 de fevereiro de 2025.

159ª Reunião Ordinária do Probahia

AÉCIO MOREIRA DO NASCIMENTO
Presidente em exercício